



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 41286 - MG (2020/0349973-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECLAMANTE : VINICIUS PIRES DE MORAIS
ADVOGADOS : ANTÔNIO CHALFUN - MG034968
GUSTAVO OLIVEIRA CHALFUN E OUTRO(S) - MG081424
HENRIQUE COSTA VIEIRA - MG100710
LEOPOLDO GOMES MOREIRA - MG177021
OILSON NUNES DOS SANTOS HOFFMANN SCHMITT -
MG038488
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE BOA ESPERANÇA - MG
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada por VINICIUS PIRES DE MORAIS contra ato do JUIZ DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOA ESPERANÇA (MG) em que se aponta como reclamada a decisão do Superior Tribunal de Justiça no HC n. 632.558/MG, no qual a ordem foi concedida, de ofício, a fim de garantir ao então reclamante a substituição da prisão preventiva decretada pela medida cautelar de internação, prevista no inciso VII do art. 319 do CPP.

O Juiz singular, em cumprimento da ordem emanada por esta Corte, determinou, *in verbis* (fls. 94-95):

Por todo o exposto, condiciono o integral cumprimento da medida cautelar do acusado, até a efetivação da internação, à manutenção do mesmo na Santa Casa de Misericórdia deste município de Boa Esperança — Minas Gerais.

Na oportunidade, aponto que o órgão competente já foi devidamente oficiado para disponibilização de vaga em clínica de internação, aguardando deliberações.

Efetivando o regime de internação provisória do réu em estabelecimento compatível com a necessidade de tratamento do mesmo, determino a expedição de ofício ao provedor da Santa Casa de Misericórdia deste município de Boa Esperança — Minas Gerais para que disponibilize leito hospitalar ao Sr. Vinícius Pires de Moraes, a fim de garantir-lhe a dignidade humana, haja vista que o mesmo aguardará a vaga em clínica psiquiátrica da rede pública para sua internação provisória em substituição à prisão preventiva decretada [...].

O requerente sustenta que não teriam sido cumpridas as determinações do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que a instituição indicada para a internação

provisória não se enquadraria nas disposições previstas na Lei n. 10.216/2001.

Alega que tais circunstâncias poderiam ensejar a prática de novos ilícitos.

Requer, liminarmente, sua transferência para hospital ou clínica pública voltada para o tratamento adequado à enfermidade da qual é acometido ou, na ausência de vagas, para estabelecimento particular nas mesmas condições. No mérito, pede a confirmação do pleito cautelar ou, subsidiariamente, a concessão da prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, em princípio, não se visualiza o descumprimento da decisão proferida no HC n. 632.558/MG, já que o custodiado foi colocado em regime de internação provisória, conforme se verifica das informações prestadas pelo magistrado de primeiro grau (fls. 276-287).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da reclamação, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente